

# SUMÁRIO

---

<b>CAPÍTULO 1 – Organização da Justiça do Trabalho, Competência .....</b>	<b>25</b>
1.1. Organização da Justiça do Trabalho .....	25
1.1.1. Introdução .....	25
1.1.2. Tribunal Superior do Trabalho .....	26
1.1.3. Tribunais Regionais do Trabalho .....	29
1.1.4. Juízes do trabalho .....	30
1.2. Juízo 100% digital.....	31
1.3. Órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho.....	33
1.4. Dos distribuidores.....	33
1.5. Competência da Justiça do Trabalho.....	34
1.5.1. Jurisdição e competência .....	34
1.5.2. Competência em razão da matéria e da pessoa .....	35
1.5.2.1. Ações oriundas da relação de trabalho .....	36
1.5.2.2. Entes de direito público externo .....	39
1.5.2.3. Servidores da administração pública.....	40
1.5.2.4. Ações que envolvam o exercício do direito de greve .....	42
1.5.2.5. Ações sobre representação sindical.....	43
1.5.2.6. Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> .....	45
1.5.2.7. Conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista.....	46

1.5.2.8.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial .....	48
1.5.2.9.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.....	50
1.5.2.10.	Execução de ofício das contribuições sociais .....	51
1.5.2.11.	Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho .....	54
1.5.2.12.	Poder normativo .....	54
1.5.2.13.	Ações que versam sobre descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.....	54
1.5.2.14.	Homologação de Acordo Extrajudicial.....	54
1.5.3.	Competência territorial das Varas do Trabalho.....	56
1.6.	Resumo da matéria.....	58
1.7.	Questões Correlatas.....	66
	Gabarito .....	82
<b>CAPÍTULO 2 – Ministério Público do Trabalho.....</b>		<b>83</b>
2.1.	Ministério Público .....	83
2.1.1.	Princípios institucionais.....	83
2.1.2.	Princípio do promotor natural.....	84
2.1.3.	Dos instrumentos de atuação.....	84
2.1.4.	Autonomia funcional, administrativa, financeira, iniciativa legislativa e elaboração de proposta orçamentária .....	88
2.1.5.	Procurador-Geral da República – requisitos para investidura e procedimentos para destituição .....	90
2.1.6.	Garantias, prerrogativas e vedações aos membros.....	90
2.1.6.1.	Garantias.....	90
2.1.6.2.	Prerrogativas .....	91
2.1.6.3.	Vedações .....	93
2.1.7.	Funções institucionais do Ministério Público .....	95
2.1.8.	Estrutura e abrangência.....	97

2.2.	Ministério Público do Trabalho .....	97
2.2.1.	Órgãos e atribuições do Ministério Público do Trabalho ....	97
2.2.2.	Atuação judicial: previsão legal, atuação como órgão agente e interveniente .....	99
2.2.2.1.	Previsão legal.....	99
2.2.2.2.	Atuação como órgão agente .....	101
2.2.2.3.	Atuação como órgão interveniente .....	102
2.2.3.	Atuação extrajudicial .....	103
2.3.	Resumo da matéria.....	104
2.4.	Questões Correlatas.....	109
	Gabarito .....	110
	<b>CAPÍTULO 3 – Atos, Termos, Prazos e Nulidades Processuais.....</b>	<b>111</b>
3.1.	Atos processuais.....	111
3.1.1.	Conceito .....	111
3.1.2.	Classificação .....	112
3.1.3.	Comunicação dos atos.....	113
3.1.4.	Publicidade .....	118
3.1.5.	Ato processual por fac-símile.....	120
3.1.6.	Informatização do processo judicial .....	120
3.1.6.1.	Do acesso .....	120
3.1.6.2.	Da disponibilidade do sistema .....	123
3.1.6.3.	Petições e documentos .....	124
3.1.6.4.	Atos Processuais .....	126
3.1.6.5.	Contagem dos Prazos Processuais .....	127
3.2.	Prazos processuais .....	128
3.2.1.	Contagem dos prazos.....	128
3.2.2.	Principais prazos trabalhistas.....	134
3.3.	Nulidades processuais.....	137
3.3.1.	Introdução .....	137

3.3.2. Vícios dos atos processuais .....	137
3.3.3. Princípios.....	139
3.4. Resumo da matéria.....	141
3.5. Questões Correlatas.....	152
Gabarito .....	159
<b>CAPÍTULO 4 – Partes e Procuradores.....</b>	<b>161</b>
4.1. Partes.....	161
4.1.1. Conceito, denominação e capacidade.....	161
4.1.1.1. Conceito.....	161
4.1.1.2. Denominação.....	161
4.1.1.3. Capacidade .....	162
4.1.1.4. <i>Jus postulandi</i> .....	164
4.1.1.5. Representação e assistência.....	165
4.2. Procuradores.....	168
4.3. Justiça Gratuita.....	173
4.3.1. Beneficiários da justiça gratuita .....	173
4.3.2. Abrangência do benefício da justiça gratuita .....	175
4.3.3. Não extensão do benefício da justiça gratuita.....	177
4.3.4. Modulação da concessão dos benefícios da justiça gratuita.....	177
4.3.5. Requerimento da gratuidade da justiça .....	178
4.3.6. Impugnação ao pedido de gratuidade da justiça.....	179
4.3.7. Recurso .....	180
4.4. Assistência judiciária .....	180
4.5. Substituição processual .....	182
4.6. Sucessão processual das partes e dos procuradores.....	185
4.7. Litigância de Má-fé.....	188
4.8. Honorários de advogado .....	189

4.9. Resumo da matéria.....	193
4.10. Questões Correlatas.....	204
Gabarito .....	214
<b>CAPÍTULO 5 – Dissídio Individual.....</b>	<b>215</b>
5.1. Procedimento comum.....	215
5.1.1. Postulação do autor.....	215
5.1.1.1. Reclamação verbal ou escrita .....	215
5.1.1.2. Requisitos da petição inicial trabalhista .....	216
5.1.1.3. Outros requisitos da petição inicial.....	217
5.1.2. Atos intermediários de órgãos auxiliares da Justiça .....	218
5.1.3. Resposta do réu.....	219
5.1.3.1. Espécies .....	219
5.1.3.2. Contestação .....	220
5.1.3.2.1. Prescrição .....	223
5.1.3.3. Exceção .....	232
5.1.3.3.1. Generalidades .....	232
5.1.3.3.2. Incompetência relativa.....	233
5.1.3.3.3. Suspeição e impedimento .....	235
5.1.3.4. Reconvenção.....	240
5.1.3.5. Impugnação ao valor da causa .....	242
5.1.4. Provas .....	244
5.1.4.1. Generalidades.....	244
5.1.4.2. Súmulas e OJs do TST sobre a Distribuição do Ônus da Prova .....	248
5.1.4.3. Meios de prova.....	250
5.1.4.3.1. Depoimento pessoal e interrogatório .....	250
5.1.4.3.1.1. Diferenciação .....	250
5.1.4.3.1.2. Confissão .....	252

5.1.4.3.2.	Testemunhas.....	254
5.1.4.3.2.1.	Conceito.....	254
5.1.4.3.2.2.	Obrigação de testemu- nhar.....	255
5.1.4.3.2.3.	Incapacidade, suspeição e impedimento de tes- temunha.....	255
5.1.4.3.2.4.	Limite legal do número de testemunhas.....	256
5.1.4.3.2.5.	Procedimentos na inqui- riç�o de testemunhas...	258
5.1.4.3.3.	Documentos.....	260
5.1.4.3.3.1.	Conceito .....	260
5.1.4.3.3.2.	Momento da apresenta- ção dos documentos ....	261
5.1.4.3.4.	Perícia .....	262
5.1.5.	Audiência .....	265
5.1.5.1.	Generalidades.....	265
5.1.5.2.	Audiência de conciliação e mediação.....	266
5.1.5.3.	Fracionamento da audiência.....	267
5.1.5.4.	Abertura.....	267
5.1.5.5.	Primeira tentativa de conciliação.....	270
5.1.5.6.	Postulação do réu .....	271
5.1.5.7.	Instru�o probatória.....	272
5.1.5.8.	Razões finais .....	272
5.1.5.9.	Segunda tentativa de conciliação .....	273
5.1.5.10.	Audiência Telepresencial e por Videoconfer�n- cia.....	274
5.1.6.	Sentença .....	275
5.1.6.1.	Improcedência Liminar do Pedido .....	281
5.1.6.2.	Julgamento Antecipado Parcial do Mérito.....	282

5.2.	Coisa julgada .....	283
5.3.	Procedimento sumaríssimo.....	283
5.4.	Procedimento sumário.....	286
5.5.	Comissões de conciliação prévia .....	286
5.6.	Resumo da matéria.....	288
5.7.	Questões Correlatas.....	311
	Gabarito .....	346
<b>CAPÍTULO 6 – Recursos Trabalhistas .....</b>		<b>349</b>
6.1.	Conceito e natureza jurídica .....	349
6.2.	Princípios recursais .....	350
6.2.1.	Duplo grau de jurisdição.....	350
6.2.2.	Princípio da unirrecorribilidade .....	350
6.2.3.	Princípio da fungibilidade ou conversibilidade.....	351
6.2.4.	Princípio da voluntariedade .....	351
6.2.5.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	352
6.3.	Peculiaridades recursais.....	353
6.3.1.	Irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	353
6.3.2.	Inexigibilidade de fundamentação.....	353
6.3.3.	Efeito devolutivo dos recursos .....	354
6.3.4.	Uniformidade de prazo para recurso .....	354
6.3.5.	Instância única nos dissídios de alçada .....	355
6.4.	Efeitos dos recursos .....	357
6.4.1.	Devolutivo.....	357
6.4.2.	Suspensivo .....	357
6.4.3.	Translativo .....	357
6.4.4.	Substitutivo .....	358
6.4.5.	Extensivo.....	358
6.4.6.	Regressivo.....	358
6.5.	Juízos de admissibilidade .....	359

6.6.	Pressupostos recursais objetivos e subjetivos.....	360
6.6.1.	Objetivos.....	360
6.6.2.	Subjetivos.....	374
6.7.	Recursos em espécies .....	375
6.7.1.	Recurso ordinário .....	375
6.7.2.	Embargos de declaração.....	382
6.7.3.	Agravo de petição .....	384
6.7.4.	Agravo de instrumento .....	385
6.7.5.	Recurso de revista.....	389
6.7.5.1.	Natureza do recurso de revista.....	389
6.7.5.2.	Hipóteses de cabimento.....	390
6.7.5.2.1.	Hipóteses específicas de cabimento do recurso de revista.....	390
6.7.5.3.	Prequestionamento.....	396
6.7.5.4.	Transcendência.....	397
6.7.5.5.	Recursos repetitivos.....	398
6.7.5.5.1.	Proposta de afetação .....	402
6.7.5.5.2.	Processamento .....	402
6.7.5.5.3.	Julgamento .....	404
6.7.5.5.4.	Questão constitucional.....	405
6.7.6.	Embargos.....	406
6.7.7.	Agravo regimental e interno.....	409
6.7.8.	Recurso adesivo.....	412
6.7.9.	Recurso extraordinário.....	415
6.7.10.	Pedido de revisão.....	417
6.8.	Reclamação correicional.....	418
6.9.	Incidente de assunção de competência.....	418
6.10.	Incidente de resolução de demandas repetitivas .....	419
6.11.	Súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal .....	422
6.12.	Resumo da matéria.....	424



6.13. Questões Correlatas .....	438
Gabarito .....	461
<b>CAPÍTULO 7 – Execução Trabalhista .....</b>	<b>463</b>
7.1. Introdução .....	463
7.2. Legitimidade .....	465
7.2.1. Ativa .....	465
7.2.2. Passiva .....	466
7.2.3. Desconsideração da personalidade jurídica do executado.....	467
7.3. Responsabilidade patrimonial do devedor .....	472
7.4. Títulos executivos trabalhistas judiciais e extrajudiciais.....	473
7.5. Execução provisória e definitiva.....	474
7.5.1. Execução provisória .....	474
7.5.1.1. Conceito.....	474
7.5.1.2. Requisitos para instrução .....	475
7.5.2. Execução definitiva .....	476
7.6. Liquidação da sentença.....	476
7.6.1. Introdução .....	476
7.6.2. Modalidades .....	478
7.6.2.1. Liquidação por cálculo .....	478
7.6.2.2. Liquidação por arbitramento.....	481
7.6.2.3. Liquidação pelo procedimento comum.....	482
7.6.2.4. Impugnação à sentença de liquidação.....	483
7.7. Execução por quantia certa contra devedor solvente – processamento .....	484
7.7.1. Citação, pagamento, depósito para apresentação de embargos.....	484
7.7.2. Nomeação de bens à penhora.....	486
7.7.3. Penhora .....	488
7.7.3.1. Introdução.....	488

7.7.3.2.	Bens impenhoráveis .....	490
7.7.3.3.	Execução por carta .....	493
7.7.4.	Embargos à execução .....	494
7.7.4.1.	Matéria arguível .....	494
7.7.4.2.	Prazo e procedimento .....	496
7.7.5.	Exceção de pré-executividade .....	497
7.7.6.	Prescrição intercorrente .....	499
7.7.7.	Embargos de Terceiro .....	502
7.7.8.	Avaliação, leilão, arrematação, adjudicação, remição e alienação por iniciativa particular .....	504
7.7.8.1.	Avaliação .....	504
7.7.8.2.	Leilão .....	505
7.7.8.3.	Arrematação .....	508
7.7.8.4.	Adjudicação .....	512
7.7.8.5.	Remição .....	513
7.7.8.6.	Suspensão e extinção da execução .....	514
7.7.8.7.	Alienação por iniciativa particular .....	518
7.8.	Execução contra a massa falida .....	519
7.9.	Execução de contribuição previdenciária .....	522
7.10.	Execução contra a Fazenda Pública .....	532
7.10.1.	Introdução .....	532
7.10.2.	Prazo para oferecimento de embargos .....	534
7.10.3.	Precatório .....	535
7.10.4.	Débitos de pequeno valor .....	541
7.10.5.	Regime especial de liquidação dos precatórios – art. 97 do ADCT .....	543
7.11.	Execução por Prestações Sucessivas .....	549
7.12.	Da certidão negativa de débitos trabalhistas .....	549
7.13.	Hipoteca judiciária, protesto de decisão judicial e inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes .....	550
7.13.1.	Hipoteca judiciária .....	551

7.13.2. Protesto judicial .....	552
7.13.3. Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes .....	552
7.14. Resumo da matéria.....	553
7.15. Questões Correlatas.....	565
Gabarito .....	581
<b>CAPÍTULO 8 – Procedimentos Especiais .....</b>	<b>583</b>
8.1. Ação rescisória.....	583
8.1.1. Conceito e cabimento .....	583
8.1.2. Requisitos .....	584
8.1.3. Competência .....	586
8.1.4. Legitimidade.....	587
8.1.5. Ação rescisória e sentença homologatória de acordo.....	588
8.1.6. Juízo rescindente e rescisório.....	589
8.1.7. Hipóteses de cabimento .....	590
8.1.8. Petição inicial.....	600
8.1.9. Processamento .....	602
8.1.10. Prazo .....	603
8.1.11. Recurso.....	605
8.2. Mandado de segurança.....	606
8.2.1. Conceito e natureza jurídica.....	606
8.2.2. Competência .....	606
8.2.3. Condições específicas e hipóteses de cabimento.....	608
8.2.4. Não cabimento .....	609
8.2.5. Processamento .....	611
8.3. Ação civil pública .....	618
8.3.1. Conceito .....	618
8.3.2. Cabimento na Justiça do Trabalho .....	618
8.3.3. Proteção dos interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	620

8.3.4.	Competência material e territorial .....	623
8.3.5.	Legitimidade do Ministério Público do Trabalho .....	624
8.3.6.	Outros legitimados e litisconsórcio .....	626
8.3.7.	Objeto.....	628
8.3.8.	Tutela preventiva.....	628
8.3.9.	Prescrição.....	629
8.3.10.	Coisa julgada e litispendência.....	630
8.4.	Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais.....	632
8.5.	Tutelas provisórias de urgência e evidência .....	635
8.5.1.	Tutelas de urgência e evidência .....	635
8.5.1.1.	Espécies de tutelas de urgência.....	635
8.5.1.1.1.	Tutela de urgência antecipada .....	636
8.5.1.1.2.	Tutela de urgência cautelar .....	637
8.5.1.2.	Tutela de evidência.....	638
8.6.	Homologação de acordo extrajudicial .....	638
8.7.	Resumo da matéria.....	640
8.8.	Questões Correlatas .....	650
	Gabarito .....	656
<b>CAPÍTULO 9 – Dissídio Coletivo</b>	.....	657
9.1.	Dissídio coletivo.....	657
9.1.1.	Conceito .....	657
9.1.2.	Poder normativo.....	658
9.1.3.	Cabimento .....	660
9.1.4.	Classificação .....	661
9.1.5.	Partes e iniciativa.....	662
9.1.6.	Competência de julgamento.....	664
9.1.7.	Procedimento .....	665
9.1.8.	Cláusulas constantes no dissídio coletivo.....	667
9.2.	Sentença normativa.....	668
9.2.1.	Conceito e natureza.....	668

---

9.2.2. Início da vigência .....	668
9.2.3. Prazo .....	669
9.2.4. Efeitos e coisa julgada.....	669
9.2.5. Recursos – efeitos.....	670
9.2.6. Extensão.....	671
9.2.7. Revisão .....	671
9.2.8. Ação de cumprimento.....	672
9.3. Dissídio coletivo no serviço público.....	674
9.4. Resumo da matéria.....	675
9.5. Questões Correlatas.....	680
Gabarito .....	684